

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; António Luís Carrapa Sarmento; Liliana Matias Soares; Sara Maria Paiva da Guia; José Manuel de Andrade Oliveira; João Miguel Oliveira Sarmento; José António Amaro Nunes; Liliana Luísa Dias Monteiro; Tiago José Gomes Ildefonso.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Manuel do Carmo Ferreira; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Manuel Leite dos Santos; Carlos Alberto Moura Cabral e João Filipe Lopes Correia.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** iniciou por cumprimentar todos os presentes, tendo chamado a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, e do mapa de pessoal para o ano de 2018;

2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento para 2018;

3. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em 2018, referente aos rendimentos de 2017;

4. Apreciação e votação da proposta de fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

5. Apreciação e votação da proposta de 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às GOP para 2017;

6. Discussão e votação da proposta de renovação dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia para efeitos de exercício das competências objeto de delegação legal, no mandato de 2017-2021 - pedido de autorização à Assembleia Municipal;

7. Discussão e votação da proposta relativa às formas de apoio às freguesias do Concelho de Tarouca no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, no mandato de 2017-2021;

8. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 01.09.2017 a 04.12.2017;

9. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia** e do seu substituto, também Presidente de Junta, para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

10. **Eleição de 2 membros e respetivos suplentes**, de entre os membros eleitos diretamente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM DOURO, nos termos do disposto no art. 83º da Lei nº 75/2013, de 12.09;

11. Apreciação e votação do projeto de Regimento para o mandato autárquico de 2017/2021;

12. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que espera que este seja um mandato positivo em prol do desenvolvimento da nossa terra e do bem-estar das nossas gentes e que daqui a quatro anos, todos os eleitos, tenham a convicção do cumprimento da missão que lhes foi confiada pelos Tarouquenses.

Agradeceu a presença de todas as forças políticas na tomada de posse deste órgão e a confiança que depositaram nos três membros da Mesa, ressaltando que tudo irão fazer para desempenharem as suas funções de forma adequada e o mais equidistante possível das várias forças políticas. A título de exemplo, e de forma simbólica, referiu que sempre que um dos elementos da Mesa usar da palavra noutra qualidade, irá fazê-lo no seu lugar no plenário.

Explicou que se alterou o lugar do Executivo na sala, para se ver se é funcional, mas se se verificar que não resulta, voltará à posição anterior, uma vez que têm de tentar adaptar-se em função do espaço de que dispõem.

Considera que o modelo de funcionamento do mandato anterior foi adequado a uma Assembleia que se pretende que seja um espaço de cidadania política de portas abertas para todos. Disse ainda que entende que esta Assembleia deverá ser um espaço de discussão construtiva sobre as estratégias para o desenvolvimento do Concelho, sendo por isso importante a participação de todos os cidadãos, como elementos fundamentais para a consolidação da democracia.

Esclareceu que o funcionamento desta sessão se regerá pelas normas do Regimento aprovado no anterior mandato. Acrescentou que aquele regimento previa a constituição da Comissão Permanente, a qual não foi possível constituir, porque só hoje lhe foram entregues a constituição dos Grupos Municipais.

Salientou que o Regimento da Assembleia, quer o atual, quer o que vai ser aprovado, prevê um conjunto de normas, nomeadamente do uso da palavra, pedindo a todos os membros o esforço no sentido do cumprimento dessas regras, pois uma democracia sem regras é uma democracia doente e certamente que todos querem que, cada vez mais, se consolide na nossa terra uma democracia saudável.

Sugeriu ainda a utilização do termo deputado nas sessões, pois apesar de saber que legalmente não é o mais adequado, é o termo mais utilizado na gíria. Sugeriu ainda que não fossem utilizados os títulos académicos dos membros. Perguntou aos presentes se vêm algum inconveniente nas suas sugestões.

Nenhum dos membros presentes viu qualquer inconveniente nas sugestões apresentadas pelo Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a sua intervenção informando que lhe foram entregues a constituição dos Grupos Municipais neste órgão, de acordo com o previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a qual passou a ler em voz alta e que a seguir se transcreve, cujos documentos serão arquivados sob os números quarenta e quatro, quarenta e cinco e quarenta e seis do maço de documentos número um do livro de atas número onze:

- **Constituição do Grupo Municipal do PSD** - Direção: António Luís Carrapa Sarmento e ainda pelos seguintes elementos: Anabela Sousa Campos Santos Carvalho; Carlos Alberto dos S. Assunção Teixeira; João Manuel Santos Félix; João Miguel Oliveira Sarmento; José Manuel de Andrade Oliveira; Liliana Luísa Dias Monteiro; Liliana Matias Soares; Manuel do Carmo Ferreira; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Rui Fernando Guedes Raimundo; Rui Manuel da Costa Pereira; Tiago José Gomes Ildefonso; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; Rufino Marcelo Queirós e Tiago Jorge Martins Eusébio.

- **Constituição do Grupo Municipal do PS** - Direção: José António Amaro Nunes e pelos seguintes elementos: Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; Manuel Leite dos Santos, Sara Maria Paiva da Guia; e João Filipe Lopes Correia.

- **Constituição do Grupo Municipal do CDS/PP** - Carlos Alberto Moura Cabral.

Foi tomado conhecimento.

Continuou a sua intervenção deixando uma palavra de incentivo ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, estando certo que o Executivo contará com os membros desta Assembleia para trabalharem em conjunto, em prol do desenvolvimento do Concelho.

Informou que os membros Manuel Leite dos Santos e Liliana Matias Soares alteraram as suas moradas para Vila Nova de Gaia e Senhora da Hora, respetivamente.

Concluiu a sua intervenção dando conhecimento da correspondência recebida, a qual colocou à disposição para consulta por todos os membros, tendo destacado os diversos convites que recebeu das Associações/Instituições do Concelho, em cujos eventos tentou estar presente ou fazer-se representar por um dos membros da Mesa.

Verificando-se que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Manifestou a sua preocupação e o seu desagrado por uma situação vivida enquanto Presidente de Junta de Freguesia, que envolveu também todos os restantes Presidentes de Junta, e que se



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relaciona com o facto de terem recebido do PDR2020 a comunicação da decisão de não aprovação das candidaturas apresentadas no âmbito de um programa de prevenção da Floresta contra agentes bióticos e abióticos. Entende que esta decisão não é compreensível em face da tragédia que recentemente aconteceu bem perto do nosso Concelho. Explicou ainda que esta candidatura já tinha sido submetida no ano de dois mil e catorze, com o apoio da Câmara Municipal, a qual ficou sem efeito, com a tomada de posse do novo Governo, por isso voltaram a insistir com esta nova candidatura, que agora foi recusada, o que considera lamentável.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os Secretários da Mesa, desejando-lhes um mandato com muito sucesso e um bom trabalho.

Dirigindo-se aos Senhores Presidente da Câmara e Vice-Presidente da Câmara, manifestou o seu regozijo pelo facto de no mandato anterior sempre terem honrado os compromissos que tinham com as Juntas de Freguesia e agradeceu pelo facto de terem decidido aumentar as respetivas verbas mensais para o corrente mandato, pois apesar de precisarem de muito mais, um aumento é sempre bem-vindo. Espera que no corrente mandato continuem a ter o apoio do Executivo, tal como no anterior mandato tiveram.

Relativamente às florestas, referiu que todos sabem das tragédias que têm vindo a acontecer no Verão, e uma vez que a freguesia de S. João de Tarouca se localiza numa zona florestal muito perigosa, solicitou que a Câmara Municipal continue a ceder as máquinas às Juntas de Freguesia para procederem à limpeza dos caminhos e dos estradões da freguesia.

Lembrou que há *raids* estragados na estrada que liga Tarouca a Teixelo, o que poderá ser muito perigoso para o trânsito, pois se houver um despiste pode ser perigoso, solicitando o seu arranjo.

- **José António Amaro Nunes** - Na qualidade de representante do Grupo Municipal do PS desejou que todos os presentes tenham sucesso neste mandato, na concretização do objetivo principal que é o de servir as pessoas.

Espera que este órgão deliberativo por excelência possa assumir os contributos de todos os membros, incluindo dos que estão em minoria, no sentido do respeito que deve existir em democracia pela opinião diversa e contrária.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia disse que espera que continue a ser cumprido o Estatuto do Direito de Oposição e que se encontrem aqui soluções conjuntas que contribuam para o bem-estar das pessoas do Concelho.

Relativamente à intervenção do membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, e na qualidade de Presidente da Federação dos Bombeiros de Viseu, informou que as Associações

Humanitárias tiveram um problema idêntico com as candidaturas dos veículos de combate a incêndios, uma vez que, a quase todas as Associações do Distrito, o POSEUR retirou vinte e cinco por cento do valor da candidatura, alterando as regras à última hora, pelo que foi apresentada reclamação por todas as Associações.

Apelou para que se aprove aqui em minuta uma moção, manifestando o nosso protesto em representação do povo de Tarouca sobre a alteração das regras das candidaturas a meio do processo, pois julga que é importante demonstrar o descontentamento, até por uma questão de consciência, disponibilizando-se para dar o seu contributo para a elaboração da mesma.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que está convencido de que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal vai fazer um ótimo trabalho e que a Assembleia Municipal vai continuar a ter uma intervenção ativa como aconteceu no anterior mandato.

Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela renovação do mandato, estando convencido de que irá concretizar algumas das ideias que tiveram início no anterior mandato, e por isso será um mandato exigente.

Saudou todos os Senhores Vereadores e os restantes membros da Assembleia, acreditando que nos próximos quatro anos poderão continuar a construir um Concelho onde as pessoas se sintam bem, aproveitando os contributos de todos os membros, porque é assim que a democracia funciona.

Concluiu saudando a funcionária que secretaria as reuniões, desejando-lhe um bom trabalho.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por cumprimentar e felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por acreditar que tudo vai fazer para que os trabalhos decorram com a maior serenidade, pois todos aqui estão para dar melhor qualidade de vida às gentes do Concelho, esperando que todos contribuam nesse sentido.

Felicitou os Secretários da Mesa e todos os restantes membros a quem desejou o maior sucesso no desempenho das suas funções.

Registou com algum desagrado o assunto relativo à não aprovação das candidaturas destinadas à prevenção dos incêndios florestais, tendo demonstrado a sua satisfação por integrar este órgão o Presidente da Federação Distrital dos Bombeiros, que soube explicar bem o que se passa, e por isso considera que é importante demonstrar o desagrado às entidades competentes, dada a relevância da prevenção dos incêndios.



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Salientou que nos últimos quatro anos, em colaboração com os Bombeiros, prepararam duas charcas, abriram estradões, entre outros, com o intuito de melhor prevenir os incêndios. Considera que o Poder Central se deveria deslocar às Autarquias para ouvirem e perceberem como podem ajudar na prevenção dos incêndios. Acrescentou que gostaria que fosse apresentado à CIMDouro o documento que aqui foi aprovado sobre o assunto.

Foi de seguida elaborado o voto de protesto/recomendação por elementos dos dois grupos municipais, designadamente pelos membros José António Amaro Nunes e Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, o qual a seguir se transcreve:

"VOTO DE PROTESTO E RECOMENDAÇÃO

Tendo em consideração que:

1º- No Município de Tarouca existe uma vasta área florestal, de cerca de 500 hectares;

2º- No âmbito da preocupação com a prevenção da floresta, foram apresentadas candidaturas por todas as freguesias do Concelho, designadamente pelas Freguesias de: Mondim da Beira; Salzedas; S. João de Tarouca; Freguesia de Várzea da Serra; União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; União das Freguesias de Gouveias e Ucanha; e União das Freguesias de Dálvares e Tarouca, à operação 8.1.3/2016 - Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, do Programa de Desenvolvimento Rural 2020;

3º- As referidas candidaturas já tinham sido apresentadas ao PRODER em 2015, tendo sido este aviso anulado e voltaram a ser submetidas ao PDR, para nova análise.

3º - Nenhuma das candidaturas foi aprovada, no PDR2020, por falta de mérito comparativo, hierarquizada na lista que excederam a dotação orçamental.

4º O âmbito das candidaturas era de primordial importância para a prevenção da floresta do Concelho e para a manutenção das redes primária e secundária;

5º Não se pode deixar de expressar a total surpresa pela decisão destas candidaturas, sustentadas e fundamentadas pela realidade tão premente no momento atual, tomada pela Autoridade de Gestão.

E, assim, expressamos o nosso **voto de protesto e recomendamos** uma reanálise das mencionadas candidaturas por forma a que se logre a sua efetiva concretização."

Procedeu-se à votação do mencionado voto de protesto e recomendação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, para ser enviado às entidades competentes, inclusive à Cimdouro.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

PONTO 1: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de 7 de dezembro de 2017, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ **Grandes Opções do Plano** para o ano dois mil e dezoito, prevendo o montante definido de despesa para o próximo ano de € 7 983 590 (sete milhões e novecentos e oitenta e três mil e quinhentos e noventa euros), perfazendo o montante total previsto de € 21.661.179,54 (vinte e um milhões e seiscentos e sessenta e um mil e cento e setenta e nove mil e cinquenta e quatro centimos) contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro, um montante total definido de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 3.994.000,00 (três milhões e novecentos e noventa e quatro mil euros), perfazendo o montante total previsto de € 10.211.000,00 (dez milhões e duzentos e onze mil euros) e o segundo, o montante total definido de despesa, para o próximo ano, de € 3.989.590,00 (três milhões e novecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e noventa euros), perfazendo o montante total previsto de 11.450.179,54 (onze milhões e quatrocentos e cinquenta mil e cento e setenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos);

* **Orçamento da Receita e da Despesa** para o ano de dois mil e dezoito, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 15.324.200,00 (quinze milhões e trezentos e vinte e quatro mil e duzentos euros), sendo que € 10.767.142,00 (dez milhões e setecentos e sessenta e sete mil e cento e quarenta e dois euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 9.846.100,00 (nove milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e cem euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 4.557.058,00 (quatro milhões e quinhentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.478.100,00 (cinco milhões e quatrocentos e setenta e oito mil e cem euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

***Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezoito.**

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Quadro plurianual de Programação Orçamental- Informação;

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n° 1 do artigo 46° da Lei n° 73/2013, de 03.09;

*Resumo do Orçamento;

*Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica econômica (alínea b) do nº1 do citado artigo 46°);

*Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

* Equilíbrio orçamental;

* *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

*Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do nº1 do citado artigo 46°);

* Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2017, para efeitos do disposto na alínea a) do nº2 do citado artigo 46°;

* Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do nº2 do citado artigo 46°);

* Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais;

* Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

*Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;

*Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;

*Resumo do Plano de Atividades Municipal;

*Plano Plurianual de Investimentos;

*Plano de Atividades Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por agradecer aos técnicos do Município a disponibilidade para a elaboração destes documentos e ao Senhor Vice-Presidente por todo o acompanhamento da respetiva elaboração.

Agradeceu ainda ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias por se ter disponibilizado para a audição sobre estes documentos.

Explicou que os documentos em apreciação contêm as ideias/projetos que consideram que são os melhores para o desenvolvimento do nosso território e para as nossas gentes, nunca descurando a parte financeira.

Referiu que tiveram em consideração alguns eixos prioritários, nomeadamente, o ensino, a saúde, a ação social, a agricultura e o turismo.

Prosseguiu explicando que a preocupação que tiveram no anterior mandato com o ensino no Concelho deu bons

resultados, não só pelo sucesso obtido pelos alunos, como também porque deixou de haver abandono escolar, ao contrário do que está a acontecer em muitos Municípios do País, tendo deixado uma palavra de apreço a todos quantos fazem parte do ensino.

No que respeita à ação social, salientou que Tarouca é um concelho exemplar, tendo em conta o excelente atendimento que é feito a todos os Munícipes, o transporte de doentes que está a ser efetuado quase diariamente para o IPO do Porto, e que, apesar dos elevados custos para o Município (cerca de quinze mil euros anuais), tem ajudado muitas pessoas, e por isso entende que vale a pena todo o esforço que tem sido feito. Agradeceu aos técnicos do Município por todo o trabalho desenvolvidos.

Em relação à agricultura, disse que o Concelho é essencialmente agrícola, mas que cada vez mais existem terrenos por cultivar, devido ao aumento da desertificação nas aldeias. Considera que, nesta matéria, os particulares têm que colaborar para que se possa inverter esta situação, pois a Régiefrrutas, apesar dos seus inúmeros projetos, não é suficiente para resolver todos os problemas do Concelho. Sugeriu mais *workshops* para incentivar as pessoas a cultivarem os seus terrenos, nomeadamente sabugueiros, ou outros produtos autóctones e para informar os agricultores sobre as possibilidades que têm de se candidatar a apoios.

Quanto à saúde, disse que têm vindo a encetar esforços no sentido de cativarem mais médicos para o Concelho, o que cada vez está mais difícil, pelo que entende que têm de ser tomadas medidas ao nível do Poder Central.

Relativamente ao associativismo, destacou o facto de todas as Associações do Concelho terem muita atividade, sendo elas que mais contribuem para a promoção de vida nas nossas aldeias, até porque conseguem juntar todas as classes etárias. Por isso, o Executivo irá continuar a dar-lhes todo o apoio possível.

No que respeita às obras previstas, algumas já estão a decorrer, e outras vão ser candidatas, pois apesar de terem sempre presente a importância da consolidação financeira, entende que não podem deixar de aproveitar a oportunidade de apresentar candidaturas aos fundos comunitários.

Concluiu dizendo que, para a execução das obras, contam sempre com a colaboração dos funcionários da Câmara Municipal, a quem deixou uma palavra de admiração e apreço, porque é a eles que se devem muitas das pequenas grandes obras que foram feitas no Concelho, com a indispensável parceria das Juntas de Freguesia.

Quanto ao aumento do apoio mensal às Juntas de Freguesia, disse que é um incentivo para a execução de pequenas obras nas suas freguesias.



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para apresentar os documentos em discussão.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por desejar a todos os membros da Assembleia Municipal que este mandato seja calmo, mas interventivo e positivo para todos os Tarouquenses.

Dirigiu um agradecimento generalizado a cada um dos funcionários da Autarquia, por todo o empenho e trabalho executado.

Agradeceu ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, por ter sido o único que compareceu à audição no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, tendo apresentado algumas ideias que foram levadas em consideração.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara a confiança que em si depositou para a elaboração e coordenação de um documento de tão elevada importância.

Explicou que estes documentos se dividem essencialmente em três pontos essenciais: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos - Atividade e Principais Investimentos e Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Referiu que o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias considerou que este é um orçamento pouco ambicioso, mas ao mesmo tempo muito prudente, do que discorda, por entender que é um documento ambicioso, e prudente ao mesmo tempo, porque antes de avançar de uma forma não pensada é preciso consolidar, não só a parte financeira, mas também fazer um cabal aproveitamento dos fundos comunitários que só no ano dois mil e dezassete iniciaram verdadeiramente.

Quanto à conjuntura económica, disse que a situação financeira do Município teve uma grande melhoria, anulando neste ultimo mandato o excesso de endividamento, contudo o problema ainda não está resolvido, uma vez que se mantém a responsabilidade do pagamento da dívida que ainda subsiste, e existe uma grande falta de liquidez diariamente. Referiu que vão continuar a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e que acredita que a situação económica do País vai melhorar, o que se faz também sentir ao nível municipal, apesar do aumento não ser tão grande como esperavam. Salientou que felizmente o Quadro Comunitário Portugal 2020 já abriu e está em curso, esperando que em dois mil e dezoito tenham uma maior execução financeira.

Quanto ao montante da dívida total, informou que conseguiram uma redução de cerca de três milhões de euros e que conseguiram reduzir cinco milhões de euros no excesso de endividamento.

Prosseguiu informando sobre os seguintes cinco eixos estratégicos para o Concelho: desenvolvimento económico e sustentável; inclusão e coesão social; educação e formação; cultura, desporto e associativismo; e modernização da

Autarquia, tendo salientado que estes eixos são os que foram apresentados pelo Partido Social Democrata no programa eleitoral sujeito a sufrágio nas últimas eleições, e que foi aprovado pela maioria da população.

Ao nível do desenvolvimento económico e sustentável, explicou que os seguintes projetos foram todos submetidos a fundos comunitários: a reabilitação do morro de Alcáçima está em andamento; a reabilitação do núcleo antigo da Cidade de Tarouca e a requalificação e a reabilitação do parque Ribeirinho de Tarouca estão em processo de adjudicação; e a regeneração das zonas ribeirinhas de Outeiro em Mondim da Beira e de Ucanha. Quanto à reabilitação do edifício e espaço circundante da antiga Escola Primária nº1 disse que será feita por administração direta.

No que respeita à mobilidade urbana referiu os projetos que têm também o financiamento garantido, nomeadamente os seguintes: a melhoria da mobilidade suave na Rua das Adegas e Castelo; a eliminação de pontos de maior perigo para peões e ciclistas; os abrigos de passageiros de transportes coletivos rodoviários municipais e a aquisição e reabilitação de sinalização vertical e horizontal. Informou ainda que a construção de um interface na cidade de Tarouca tem já verba alocada ao projeto, falta a apresentação da candidatura.

Relativamente à valorização dos recursos produtivos e endógenos, referiu a Régiefrutas, da qual o Senhor Presidente da Câmara já falou, e que tem muito gosto em ver aquela estrutura a funcionar em dezembro. Disse ainda que vão avançar com a certificação de produtores e de produtos locais e que vão continuar com a conservação e criação de caminhos agrícolas, regadio e açudes, limpeza de caminhos florestais e com a proteção do meio ambiente.

Quanto à inovação, diferenciação e empreendedorismo, destacou a área de acolhimento empresarial local, cujo projeto já peca por tardio, mas que continua a ser uma enorme necessidade, porque há muitos interessados na aquisição de lotes. Informou ainda que já avançaram com algumas parcerias com Instituições de Ensino Superior e que estão a criar incentivos para o apoio aos empreendedores.

No que concerne ao ambiente, explicou que foi submetida uma candidatura para a criação de uma estação de compostagem que terá financiamento de 85% e que já avançaram com um novo concurso para a recolha de resíduos sólidos urbanos, com o objetivo de melhorar a sua execução. Informou que pretendem continuar a manter as ETAR's operacionais e eficazes e fazer campanhas de sensibilização e educação ambiental.

Relativamente ao turismo, paisagem e património destacou a adesão a novas tecnologias de promoção, designadamente uma nova App para ligação aos telemóveis; a criação de uma bolsa

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de alojamento local; a candidatura "walking and cycling"; entre outras.

No que se refere à empregabilidade, disse que é o objetivo maior dos eixos estratégicos, pretendendo-se melhorar as parcerias com o IEFP, as competências e a escolaridade, renovar o Gabinete de Inserção Profissional e apostar na formação profissional.

Prosseguiu referindo-se ao eixo relativo à inclusão e coesão social e às políticas sociais de proximidade que garantam mais inclusão social, tendo destacado a solidariedade em rede, as ações de educação cívica, o apoio à natalidade, a redução do IMI e o apoio à educação das crianças e jovens.

Referiu ainda que vão manter o que tem sido feito ao nível da promoção dos hábitos saudáveis com o Programa Tarouca Saudável, no qual manterão a atividade física ao ar livre, a promoção da natação e o apoio às associações desportivas.

Em relação à educação e formação, referiu o novo programa de combate ao abandono escolar; a criação de bolsas de estudo e a organização de estágios de verão; a promoção do empreendedorismo e inovação junto da comunidade escolar; a utilização dos espaços escolares fora dos períodos letivos; a criação de uma sala, com a estrutura de sala de aula do futuro.

No que alude ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou a valorização cultural que manterão com a Academia de Música; a promoção de diversos eventos culturais; o cinema e a agenda de eventos

No que se refere ao associativismo e mobilização territorial, disse que irão promover ações de formação para dirigentes e continuarão a apoiar as dinâmicas associativas. Continuarão também a promover o desporto saudável, mantendo o apoio às diversas atividades desportivas, TT, downhill, etc., pretendendo-se afirmar ainda mais o território nestas áreas. Informou a propósito que em fevereiro terão o campeonato mundial de downhill em Tarouca. Salientou ainda que em relação à juventude irá ser implementado o cartão "Jovem Tarouquense", irá ser criado um regulamento que premiará iniciativas empresariais dos jovens tarouquenses, entre outras iniciativas.

Relativamente à gestão territorial e municipal referiu as infraestruturas básicas de redes de saneamento em curso, que estão quase a terminar e as que irão ser iniciadas.

No que respeita à segurança e proteção civil, informou a propósito, que a CimDouro lhe delegou funções para a representar numa sessão em Lisboa com diversos membros do Governo sob o tema segurança e proteção civil, para se discutirem os respetivos planos de ação para o próximo ano, tendo explicado as medidas que estão ali previstas, as quais considera que são mais uma forma de responsabilizar os autarcas pela ineficiência e pelos fogos que vierem a

acontecer em 2018, cuja opinião deixou lá plasmada em ata, não tendo as mesmas sido aceites pelos autarcas.

Nesta área, informou ainda que irão construir mais duas charcas em pontos estratégicos, garantir a manutenção e criação de caminhos florestais, reforçar a sinalética vertical e horizontal e proceder à limpeza e reflorestação de pequenos mosaicos.

Em termos de finanças, o maior desejo do Executivo é manter uma política de poupança em despesas correntes, melhorar o prazo médio de pagamentos a fornecedores e manter uma política responsável na utilização dos dinheiros públicos.

Quanto ao equipamento básico e de transporte, disse que os equipamentos do Município existentes já estão obsoletos, e por isso é necessário adquirir novas máquinas e viaturas operacionais e reorganizar e reabilitar o Estaleiro Municipal.

Ao nível dos funcionários municipais está a ser desenvolvido um plano de formação, o plano de higiene e segurança no trabalho e irão continuar a investir em equipamentos de proteção individual.

No que respeita à modernização da Autarquia, pretendem melhorar a eficiência e a produtividade, melhorando o projeto de 2016 e adquirindo novo *hardware* e *software*.

Em relação à eficiência energética, está a ser implementada a iluminação pública em LED e quando estiver terminada, manter-se-á a iluminação toda a noite ligada. Referiu ainda o cadastro da rede de águas e saneamento, controle de perdas e infiltrações, que é um projeto que engloba todos os Municípios da CIMDouro, e eu é de grande importância para o Município.

Quanto ao orçamento para o ano de dois mil e dezoito, informou que o montante das receitas correntes é de €10.767.142,00 (dez milhões e setecentos e sessenta e sete mil e cento e quarenta e dois euros), das despesas correntes é de €9.846.100,00 (nove milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e cem euros), que o montante das receitas de capital é de € 4.567.058,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e cinquenta e oito euros) e das despesas de capital é de € 5.478.100,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e cem euros).

Concluiu a sua intervenção afirmando que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm como principal objetivo continuar a garantir a inclusão social de todos, melhorar a qualidade de vida a todos os Tarouquenses, reduzir as despesas correntes e aproveitar os fundos comunitários para maximizar a receita, porque o Orçamento de Estado veio dar possibilidades de contrair novos empréstimos para os projetos com financiamento comunitário, mantendo-se assim a sustentabilidade económica e social do Município.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste momento, ausentou-se da reunião o membro Liliana Matias Soares.

Intervieram os seguintes membros:

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - A propósito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, disse que, no que respeita à saúde, considera que os transportes de doentes para o IPO são um apoio muito importante para a população do Concelho. Quanto ao associativismo, do qual faz parte, disse que o apoio do Município às Associações é fundamental, porque lhes permite fazer obras, por exemplo, nas suas instalações, que de outra forma não era possível.

Em relação à agricultura, área que também considera fundamental para o Concelho, disse que é sócio da Régiefrutas e sente uma grande confiança naquela organização, entendendo que é fundamental para o desenvolvimento do Concelho, assim como a aposta na cultura do Sabugueiro. Referiu a propósito, que a floresta está cada vez mais a aproximar-se das povoações, uma vez que os terrenos agrícolas estão abandonados e que a aposta na cultura do sabugueiro pode ajudar a resolver o problema dos incêndios.

Felicitou o Executivo pela construção da Área Empresarial, acrescentando que se a Régiefrutas tivesse sido implementada naquela área, teria com certeza uma dívida muito menor, mas como na altura não existia, teve de ser feita naquele lugar.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que gostou bastante da convicção com que interveio o Senhor Presidente da Câmara na defesa das linhas estratégicas do Concelho, bem como da eloquência do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo na apresentação dos documentos, pois é essa a postura que entende que é a mais correta de quem lidera os destinos de um Município.

Em relação à referência que foi feita pelo Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo relativa ao facto de o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias ter afirmado que era um orçamento pouco ambicioso, disse que lhe parece que o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias não se referia à ambição quantitativa do orçamento, mas sim às opções e prioridades estabelecidas.

Referiu que, conforme foi afirmado, as linhas estratégicas estabelecidas no Orçamento resultam do programa eleitoral que foi sufragado e votado pela maioria da população do Concelho, e por isso, como não votou naquelas linhas programáticas, até se poderia depreender que o seu Grupo Municipal votasse contra os documentos em causa, porque não se reviam nas mesmas, mas não é isso que vai acontecer.

Congratulou-se com o facto do Senhor Presidente da Câmara ter dito que não querem perder nenhuma candidatura aos fundos comunitários, o que julga que resulta da experiência autárquica dos últimos quatro anos, pois essa foi sempre a

postura defendida por quem liderou esta Autarquia desde o 25 de Abril, ou seja, aproveitar ao máximo as candidaturas dos fundos comunitários, tendo em conta que este Município depende essencialmente das transferências externas, dada a dificuldade que existe, como todos sabem, em captar receitas próprias. Contudo, lamentou que nos últimos quatro anos os Executivos anteriores tivessem sido tantas vezes penalizados por terem endividado muito esta Autarquia, pois isso deveu-se essencialmente à vontade que tinham de aproveitar ao máximo os fundos comunitários, o que os obrigava a recorrer a empréstimos bancários para pagarem a parte da participação nacional. Ressaltou que se sentiu feliz por ter ouvido, quer do Senhor Presidente da Câmara, quer do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que se for necessário terão de contrair dívida, para poderem aproveitar os fundos comunitários.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - No que respeita ao ensino, congratulou-se por terem sido referidas as salas do futuro, porque são de facto o futuro do ensino, e infelizmente muitos agrupamentos de escolas não estão a aproveitar os financiamentos para as mesmas.

Referiu a sua preocupação com a diminuição do número de alunos no Concelho, o que está a acontecer em todo o Interior do País, pois apesar dos incentivos que existem em Tarouca, essa diminuição não para, o que pode em poucos anos levar ao encerramento de muitas escolas. Considera que é ainda mais grave o facto de não se conseguir segurar a totalidade dos alunos do Concelho, pois verificam-se algumas saídas de alunos para escolas de Concelhos vizinhos, entendendo que algo devia ser feito pelo Agrupamento de Escolas para evitar essa situação, apesar de saber que também tem a ver com as ofertas educativas que, em grande parte, são da responsabilidade do Ministério da Educação.

Quanto às novas redes de saneamento, disse que lhe custa muito a perceber como é que no ano de dois mil e dezassete ainda existe no Concelho um *deficit* de infraestruturas básicas de saneamento, tal como já afirmou no mandato anterior.

Relativamente à intervenção do membro José António Amaro Nunes disse que a questão de se ter ou não um Orçamento ambicioso é sempre discutível, pois efetivamente este orçamento reflete as linhas programáticas com que o Partido Social Democrata se apresentou nas últimas eleições autárquicas, e que foram sufragadas pela maioria da população Tarouquense. Contudo, como nunca tiveram conhecimento das linhas programáticas que o Partido Socialista apresentou naquelas eleições, não conseguem perceber por que motivo afirmam que este é um orçamento pouco ambicioso ou o que lhe falta, uma vez que não têm forma de comparação.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 169

2017.12.15

Disse que compreende o que o membro José António Amaro Nunes quis dizer em relação à possibilidade de contrair mais dívida para pagamento da comparticipação nacional dos projetos que estarão em curso no próximo ano. Contudo, salientou que há uma diferença substancial entre o passado e este momento, pois esta contração de dívida só pode ser até 50% daquilo que é o abatimento de dívida dos períodos anteriores, por isso não há um aumento da dívida, há sim uma diluição mais lenta da dívida, e, por outro lado, julga que não se está a pensar em adiar o início do pagamento da dívida para anos mais tarde, como antes aconteceu.

Disse ainda que lhe meteu alguma confusão o "cruzar de braços" do membro José António Amaro Nunes perante a falta de receitas próprias do Município, pois apesar de não ser um problema fácil de resolver em todo o Interior do País, julga que deve existir vontade para arranjar soluções, como tem acontecido com a aposta na área empresarial, na cultura do sabugueiro, etc., se queremos que Tarouca não desapareça e que os concelhos do Interior do País tenham alguma vitalidade. Acrescentou que tem quase a certeza que não é assim que aquele membro pensa, mas foi a ideia que transmitiu na sua intervenção.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo dito que estes documentos foram elaborados com o contributo de todos, e pelo que ouviu, vão ao encontro das ideias de todos os presentes, pelo que julga que serão aprovados por unanimidade.

Relativamente à Área de Acolhimento Empresarial, explicou que a pretensão do Município é fixar os jovens, e as famílias emigrantes que regressam ao Concelho, e por isso têm de criar condições para o efeito, tendo avançado com esta obra, mesmo sem qualquer apoio dos fundos comunitários, porque há investidores interessados em adquirir lotes, estando a ser elaborado um regulamento que favoreça os empreendedores.

Concluiu dizendo que vive intensamente o Concelho e por isso registou com agrado as palavras do membro José António Amaro Nunes.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que o Orçamento não será aprovado por unanimidade, porque o Grupo Municipal de Partido Socialista não votará a favor, pois apesar de não o poderem considerar um mau orçamento, ele tem algumas linhas com as quais não concordam. Referiu, por exemplo, a área da saúde, na qual entende que se deveria ir mais além, nomeadamente no que respeita ao transporte de doentes para as diversas Unidades Hospitalares e à cativação de verbas externas para o efeito. Para além disso, existem outras áreas em que têm visões diferentes, designadamente o empreendedorismo, entre outras.

- **José António Amaro Nunes** - Dirigindo-se ao membro António Luís Carrapa Sarmento, disse que parece que não o conhece, porque só assim é que poderia ter afirmado o que afirmou, uma vez que não é uma pessoa negativa, nem depressiva, e que entende que quando se quer algo, se consegue, por isso não percebe como retirou essa ideia das suas palavras. Disse ainda que, pelo contrário, elogiou a nova postura do Senhor Presidente da Câmara, pois anteriormente já lhe tinha dito institucionalmente que não se devia queixar, como o fazia habitualmente.

Quanto às receitas próprias do Município, referiu que a sua execução nunca ultrapassou os vinte e quatro/vinte e cinco por cento, ou seja, são um quarto dos gastos anuais do Município. Assim, não lhe parece que o exemplo que aquele membro deu da área empresarial venha a aumentar as receitas próprias, pois isso só aconteceria se criassem a derrama, o que iria desincentivar os empreendedores.

A propósito, referiu que uma das prioridades do seu Grupo era a reabilitação urbana, por entenderem que é uma área prioritária, tendo em conta as zonas históricas do Município, entendendo que a Câmara Municipal através das suas políticas fiscais, poderia criar condições para evitar que os proprietários dos imóveis os deixassem ir à ruína mediante aplicação de penalizações ou criando incentivos para a execução de obras. Salientou ainda o novo programa do arrendamento acessível, que neste âmbito poderia ajudar a resolver muitos problemas se o Município aderisse ao mesmo. Lembrou ainda o regulamento do alojamento local, aprovado aquando das aldeias vinhateiras de Ucanha e Salzedas, para incentivar a criação naquelas aldeias de alojamentos locais, com o objetivo de obterem rendimentos, para ali se poderem fixar as pessoas.

Prosseguiu dizendo que concorda com as obras que estão previstas nas Grandes Opções do Plano, contudo, entende que não se pode apenas ficar por aqui, pois estas obras tinham de ser criadas para potenciar o desenvolvimento do Concelho. Deu como exemplo a possibilidade de se preverem incentivos ao empreendedorismo, para a construção de instalações, etc., tendo lembrado um dos incentivos que existiu em anteriores mandatos, no que respeita à agricultura, em que o Município oferecia a máquina para o dessaibramento de terrenos destinados à plantação de sabugueiros, o que era uma boa ajuda para os agricultores. Considera que são estas pequenas coisas que dão sinais às pessoas do que se pretende para o Concelho.

Em relação ao orçamento, disse que nada tem a apontar tecnicamente no documento e que gostou de ver o mapa para as despesas de contingentes, cuja prática aplaude. Aplauda ainda a justificação de não se retratar em termos de orçamento as medidas para a execução orçamental.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente às Grandes Opções do Plano e no que respeita à área social, disse que é necessário por um ponto final nas várias equipas que, no âmbito da ação social, intervêm no Concelho, tendo dado como exemplo uma intervenção social, na qual foram apresentadas duas soluções contraditórias para o mesmo caso.

Quanto aos trinta e seis mil euros, que vão ser dados a mais às Juntas de Freguesia, disse que é uma questão de justiça, porque admite que o critério que veio do anterior Executivo não estava correto e que mesmo o atual pode vir a ser melhorado.

Concluiu dizendo que, como não existe a possibilidade de alterarem os documentos em discussão, não votarão contra os mesmos, mas irão abster-se na votação.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Quanto à interpretação que o membro José António Amaro Nunes fez da sua intervenção, esclareceu que, no que respeita à valorização de Tarouca e do Concelho, sabe que nunca nenhum dos presentes cruzou os braços e quando se referiu ao aumento das receitas próprias com a área empresarial, não estava a referir-se ao aumento de impostos para os empresários, mas sim à obtenção de receitas através da dinamização económica que ela imprime.

Relativamente à reabilitação urbana, disse que também a considera muito importante, o que julga que não pode acontecer é o mesmo que aconteceu com o Programa das Aldeias Vinhateiras, no qual foi feito um trabalho extraordinário no exterior das habitações, mas não foi feita a dinamização que era necessário fazer a seguir, e, por isso, em termos de alojamento e de comércio tradicional, não trouxe benefícios para as pessoas.

Concluiu dizendo que a Câmara Municipal não pode fazer tudo, mas tem de tentar arranjar formas para fixar as pessoas com as devidas condições. E que irão votar a favor dos documentos em discussão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao membro José António Amaro Nunes explicou que, quanto à reabilitação urbana, os técnicos do Município já estão no terreno a trabalhar nesta matéria.

Em relação ao Programa das Aldeias Vinhateiras disse que sempre concordou com o mesmo, apenas não concorda com o que foi feito em termos de contratos, uma vez que os mesmos preveem que os proprietários não possam mexer no exterior das habitações intervencionadas durante quinze anos, e por isso qualquer necessidade que exista terá de ser o Município a resolver.

Quanto à cedência da máquina do Município para a plantação dos sabugueiros, lembrou que efetivamente a máquina fez

muitos dessaibraamentos em terrenos, onde atualmente há de tudo, menos sabugueiros, por isso garantiu que os apoios dados por este Executivo têm critérios e regras a serem cumpridas, para que não se volte a repetir a mesma situação. Relativamente à questão colocada no âmbito da ação social, disse que, como não citou as instituições envolvidas, não lhe pode responder.

Ao membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite disse que entrou em contradição com o seu Coordenador, que em público deu os maiores elogios ao Presidente da Câmara e ao Município pelo trabalho que estava a ser feito na área da saúde.

Concluiu dizendo que não percebe porque é que o Grupo Municipal do PS se vai abster, tendo em conta as razões que apresentaram nas suas intervenções.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por maioria de catorze votos a favor e três abstenções dos membros Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, Sara Maria Paiva da Guia e José António Amaro Nunes aprovar o seguinte:

- a) o Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezoito e respetivos anexos;
- b) as Grandes Opções do Plano para dois mil e dezoito e respetivos anexos;
- c) o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezoito;
- d) as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2017, constantes do articulado suprarreferido:

"ARTICULADO CONTENDO AS MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Lei n.º 73/2013, de 03.09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, fixa no capítulo IV as regras orçamentais, que incluem um novo calendário orçamental e a definição dos elementos do orçamento.

No artigo 46.º daquele diploma prevê-se que o orçamento municipal inclui, entre outros, o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal de **07.12.2017**, o seguinte:

Artigo 1.º

(Objeto)

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, são aprovadas as medidas para orientar a execução orçamental o ano **2018**, as quais fazem parte integrante do orçamento municipal.

Artigo 2.º

(Saneamento financeiro)



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A execução orçamental deve dar cumprimento ao plano de saneamento financeiro em curso, aprovado pelos órgãos municipais em 2017, com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes de:

- a) alterações legislativas supervenientes que devam prevalecer sobre o mesmo;
- b) implementação de novas e ou complementares medidas de maximização da receita e de contenção da despesa corrente;
- c) acesso aos fundos comunitários para novos investimentos municipais, desde que não impliquem prejuízo para o cumprimento dos objetivos de redução da dívida total aprovados.

Artigo 3º

(Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2019: € 4 300 000,00

2020: € 3 544 000,00 e

2021: € 3 100 000,00

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 4º

(Delegação de competência no Presidente da Câmara)

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

Artigo 5º

(Atualização da tabela de taxas municipais)

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no

Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2018, em 1,4%, de acordo com a projeção da taxa de inflação, na área do euro, indicada no Relatório do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Artigo 6º

(Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)

1. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2017 e nas previstas para 2018.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por municípios de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

Artigo 7º

(Administração direta)

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2018, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

Artigo 8º

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****(Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico)**

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

Artigo 9º**(Taxa Municipal de Direitos de Passagem)**

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei nº 127/2015, de 03.09, para vigorar em 2018, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Artigo 10º**(Atualização da norma de controlo interno)**

A Câmara Municipal procede em 2018 à atualização do regulamento do controlo interno."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018 (Nº2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09)

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2018, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (nº2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00, aprovado em reunião camarária de 7 de dezembro de 2017, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, da única proposta recebida e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE,

PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº2 do artigo 49º e nº2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a seis instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analizada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 29 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 0,90% (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2017 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Não obstante, junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

- a) 1 proposta recebida;
- b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 4 de dezembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que explicou que, a exemplo de anos anteriores, este empréstimo destina-se a ajudar a resolver os problemas de falta de liquidez do Município, o qual no final do ano terá de estar saldado.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado autorizar a contratação com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de dois mil e dezoito, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta, por maioria de catorze votos a favor e três abstenções dos membros Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, Sara Maria Paiva da Guia e José António Amaro Nunes.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Pelas dezassete horas e quinze minutos, foi feito um intervalo nos trabalhos.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, com a presença dos mesmos membros.

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A ARRECADAR EM 2018, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2017

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e dezoito, referente aos rendimentos de dois mil e dezassete, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de três de novembro de dois mil e dezassete, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2019, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2018

PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

Essa participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos (nº2 do citado artigo 26º).

A ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- em 2018, o Município de Tarouca receberá o montante de € 131 930, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidirá sobre os rendimentos de 2017 (deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 0,25% do montante a transferir), sendo que o montante total da participação a transferir para os Municípios previsto na proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2018, é de € 420 571 099;

- está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2017, que substitui o anterior plano, em vigor desde 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, sendo por isso inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos do ano 2017,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma e para efeitos do disposto no nº2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2018 e a arrecadar em 2019.**

Tarouca, 27 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o Município tem de cumprir as medidas impostas pelo Plano de Saneamento Financeiro, que impõe a maximização das receitas, o que não permite diminuir a participação variável no IRS.

Interveio **o membro José António Amaro Nunes** tendo dito que não conhece os parâmetros estabelecidos na renegociação do Plano de Saneamento Financeiro, e por isso perguntou se se mantêm ou se foram renegociados.



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se mantêm os mesmos parâmetros.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável no IRS, incidente sobre os respetivos rendimentos de dois mil e dezassete e a arrecadar em dois mil e dezoito, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e dezassete a liquidar em dois mil e dezoito, e a respetiva redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de sete de dezembro de dois mil e dezassete, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

(alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e n.º 5 do artigo 112.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.

2. Os municípios do interior, como é o caso de Tarouca, devem procurar oferecer condições para fixar as famílias e empresas, implementando medidas que permitam uma vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.

4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo eventualmente para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 23.11.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que não foram alteradas as taxas do IMI, porque estão a aguardar o incentivo que está para ser aprovado e depois serão efetuadas as alterações necessárias.

Intervieram os seguintes membros:

- **José António Amaro Nunes** - Disse que é uma medida favorável, e que a justificação apresentada é categórica, no entanto deixou o repto de serem utilizadas algumas situações previstas no Código do IMI, que permitem por exemplo compensar benesses com algumas penalizações ali previstas, designadamente no que respeita às casas degradadas e em ruínas.

O Senhor Vereador **José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que seria injusto avançar neste momento com a aprovação de penalizações aos particulares por não reabilitarem os seus imóveis, sem lhes dar a oportunidade de o fazerem através dos apoios que estão aí a surgir. E só depois de dar essa oportunidade, se partirá para a aprovação das penalizações. Explicou que previram no Orçamento cerca de um milhão de euros para o IMI, contando com o valor das habitações cuja isenção vai terminar e porque acreditam que a curto prazo vai ter de ser aprovada uma alteração legislativa que acabe que a injustiça que foi criada no ano anterior, que trouxe penalizações ao Município a nível financeiro, por causa das isenções automáticas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Explicou que a alteração referida já existia há alguns anos, só que essa isenção passou a ser automática e por isso os emigrantes como não alteraram a morada fiscal e não têm rendimentos no País ficaram isentos de IMI. Acrescentou que a Administração

Fiscal está atenta a esta situação e por isso em breve será resolvida.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) Fixar, nos termos do nº5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018: **0,3%**.

b) Fixar, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei nº 7-A/2016, de 30.03, a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GOP PARA 2017

Presente a proposta de primeira revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para dois mil e dezassete, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de sete de dezembro de dois mil e dezassete, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017

PROPOSTA

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Ora, nomeadamente e ao contrário do que era expectável, as candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 só recentemente começaram a ser aprovadas, o que implicou o adiamento para 2018 dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano e o não recebimento da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disposto no nº3 do artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Por outro lado, verifica-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento, de criar as seguintes rubricas da receita:

* 150101 - "Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano e

* 160101 - "Saldo da gerência anterior- Na posse do serviço", para utilização do mesmo, conforme previsto na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 05.04, na sua redação atual.

Assim, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de **2017**, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 167 810,61 (inclui a utilização do saldo da gerência anterior no montante de € 167 760,61) e diminuições no montante de € 2 633 610,61;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 25 500 e diminuições no montante de € 2 491 300;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta diminuições no montante de € 1 107 277.44, no corrente ano; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta reforços no montante de € 1 820 e diminuições no montante de € 344 805,55, no corrente ano.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL.

Tarouca, 04.12.2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a proposta que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que a nova Lei das Finanças Locais prevê que os Municípios não registem taxas de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 %. Contudo, uma vez que se contava que o Quadro Comunitário entrasse em vigor, o que

não aconteceu atempadamente, ficou-se apenas por uma execução de cerca de 72%, por isso é apresentada esta proposta de revisão.

O **Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que esta situação não acarreta consequências, contudo irão fazer um esforço para que no próximo ano consigam cumprir o limite dos 85% de execução.

O **Senhor Vereador José António Amaro Nunes** disse que de acordo com a explicação dada irão votar a favor da proposta. Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

- * 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 167 810,61 (inclui a utilização do saldo da gerência anterior no montante de € 167 760,61) e diminuições no montante de € 2 633 610,61;

- * 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 25 500 e diminuições no montante de € 2 491 300;

- * 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta diminuições no montante de € 1 107 277.44, no corrente ano; e

- * 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta reforços no montante de € 1 820 e diminuições no montante de € 344 805,55, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJETO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO DE 2017-2021 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente a proposta de renovação dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia para efeitos de exercício das competências objeto de delegação legal, no mandato de 2017-2021, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 7 de dezembro de 2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"RENOVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJETO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL (artigo 132º, nº1 do artigo 133º, alínea m) do nº 1 do artigo 33º, alínea k) do nº 1 do artigo 25º todos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

PROPOSTA

A Lei nº75/2013, de 12.09 estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Em especial, fixa nos artigos 131º e seguintes as regras sobre a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias.

A concretização da delegação de competências visa, nos termos do artigo 118º:

- a) a promoção da coesão territorial;
- b) o reforço da solidariedade inter-regional;
- c) a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações;
- d) a racionalização dos recursos disponíveis.

Consideram-se delegadas, por força da lei, nas juntas de freguesia, as seguintes competências da câmara municipal (nº 1 do artigo 132º):

- a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- f) promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos nas alíneas anteriores.

O diploma impõe ainda às câmaras municipais e às juntas de freguesia a celebração, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, dos acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas daquelas competências.

Neste contexto legal, em 28.12.2013 a Assembleia Municipal deliberou autorizar a celebração daqueles acordos de execução com todas as juntas de freguesia da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca, no mandato autárquico de 2013-2017, os quais foram de imediato outorgados.

De acordo com o nº3 do artigo 134º do referido diploma, "o acordo de execução considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos dos municípios e das freguesias a sua caducidade", sem prejuízo de a Assembleia Municipal poder autorizar a sua denúncia.

Neste contexto, e considerando:

1º O dever de cumprimento das citadas disposições legais, em especial do nº1 do artigo 133º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09;

2º Os princípios gerais da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade do interesse público e da necessidade e da suficiência dos recursos a que devem obediência os acordos de execução, desde a fase da negociação até à respetiva cessação (artigo 121º);

3º Os bons resultados obtidos ao longo do período de vigência dos acordos de execução celebrados no mandato autárquico findo;

4º Que a colaboração das juntas de freguesia é indispensável à resolução mais próxima de inúmeros e importantes problemas das nossas populações, tendo a qualidade do serviço prestado e a obra realizada demonstrado, na prática, que a cooperação técnica e financeira é um meio essencial para a satisfação das necessidades dos munícipes, afinal o objetivo da atuação comum e concertada de todos os eleitos locais;

5º Que a delegação de competências é o instrumento adequado à concretização das ações e projetos nas áreas supra indicadas, com menores custos e maior eficácia e eficiência, sempre com o acompanhamento técnico e apoio financeiro e em materiais da Câmara Municipal;

6º Designadamente, a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias e no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação;

7º Ouvidos os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia:

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º, **delibere solicitar autorização à Assembleia Municipal** para, no uso da competência do disposto na alínea k) do nº 1 do art. 25º do citado Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **renovar os acordos de execução celebrados, e vigentes, com todas as juntas de freguesia da área da circunscrição territorial deste Município**, ou seja, com:

- 1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira;
- 2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca;
- 3- Junta de Freguesia de Salzedas;
- 4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra;
- 5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha;
- 6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; e
- 7- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares,

nas seguintes condições:

Período de vigência da renovação: de 18.10.2017 até ao termo do mandato autárquico 2017-2021, sem prejuízo do disposto no nº3 do artigo 134º do citado diploma.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para efeitos de concretização da delegação de competências, a Câmara Municipal transferirá para as Juntas de Freguesia a seguinte verba mensal, a partir de 01.01.2018:

- Junta de Freguesia de Mondim da Beira: € 2 250
- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca: € 2 250
- Junta de Freguesia de Salzedas: € 2 250
- Junta de Freguesia de Várzea da Serra: € 2 250
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouviães e Ucanha: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares: € 3 000.

Mantêm-se as demais condições dos acordos de execução cuja renovação é autorizada, com exceção do nº1 da respetiva cláusula 2ª, cujo teor deverá ser atualizado nos termos supra indicados.

Paços do Município, 23 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Expressou a sua gratidão ao Executivo, congratulando-se com o aumento da verba, uma vez que vai ajudar os Presidentes de Junta a resolver alguns problemas, beneficiando também dessa forma o Concelho. Acrescentou que está certo que o Senhor Presidente da Câmara continuará a apoiar as Freguesias no que lhe for possível.

Concluiu convidando os presentes para o almoço de Natal que terá lugar no dia dezassete de dezembro no Centro Paroquial e Social de Salzedas e para o Lançamento do CD da Banda Filarmónica de Salzedas que se realizará no dia sete de janeiro próximo em Salzedas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que durante os últimos quatro anos foi muito importante a parceria estabelecida entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal para a execução de muitas obras, que de outra forma não teriam sido possíveis de concretizar, face aos constrangimentos financeiros que existiam.

Acrescentou que a sua freguesia partilhou com as restantes freguesias equipamento e recursos humanos e foi esta união entre todos que permitiu executar tantas obras.

Considera que é importante este aumento do apoio dado às freguesias que não foram objeto de união, apesar do ideal ter sido para todas, fazendo votos para que todos continuem com o mesmo espírito de equipa.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do

plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar, no uso da competência do disposto na alínea k) do n° 1 do art. 25° do citado Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, a renovação dos acordos de execução celebrados, e vigentes, com todas as juntas de freguesia da área da circunscrição territorial deste Município, ou seja, com:

- 1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira;
- 2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca;
- 3- Junta de Freguesia de Salzedas;
- 4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra;
- 5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha;
- 6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; e
- 7- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares,

nas seguintes condições:

- Período de vigência da renovação: de 18.10.2017 até ao termo do mandato autárquico 2017-2021, sem prejuízo do disposto no n°3 do artigo 134° do citado diploma.

Para efeitos de concretização da delegação de competências, a Câmara Municipal transferirá para as Juntas de Freguesia a seguinte verba mensal, a partir de 01.01.2018:

- Junta de Freguesia de Mondim da Beira: € 2 250
- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca: € 2 250
- Junta de Freguesia de Salzedas: € 2 250
- Junta de Freguesia de Várzea da Serra: € 2 250
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares: € 3 000.

Mantêm-se as demais condições dos acordos de execução cuja renovação é autorizada, com exceção do n°1 da respetiva cláusula 2ª, cujo teor deverá ser atualizado nos termos supra indicados.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA ÀS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAROUCA NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES, NO MANDATO DE 2017-2021

Presente a proposta relativa às formas de apoio às freguesias do Concelho de Tarouca no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, no mandato de 2017-2021, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 7 de dezembro de 2017, a qual

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

será transcrita em ata e que foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

"APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAROUCA NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

PROPOSTA

De acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, *"...deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações"*.

O novo quadro legislativo aumentou as competências das freguesias, atribuindo-lhes capacidade de intervenção em domínios bastante diferentes. No caso do concelho de Tarouca, as freguesias não dispõem de pessoal qualificado para executar os trabalhos inerentes às competências que lhe estão atribuídas, nem maquinaria e ferramentas adequadas e ou suficientes.

Tendo em vista salvaguardar o interesse próprio das populações locais entendemos que a parceria entre o município e a freguesia é o meio adequado à satisfação eficaz, eficiente e económica de necessidades de menor dimensão, mas, quase sempre, de relevante importância para o nosso quotidiano, contribuindo decisivamente para a permanência das pessoas nas povoações.

Assim, com o objetivo de serem tomadas decisões em tempo útil no apoio/auxílio às freguesias e na defesa dos interesses próprios das suas populações **PROPONHO** a V. Exas. que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal que autorize, ao abrigo da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma, a concessão dos seguintes apoios/auxílios às freguesias da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca nas condições que a seguir se indicam, no mandato autárquico de 2017-2021:

1) Apoios/auxílios não financeiros:

- a)** Cedência de materiais de construção para obras de construção, conservação e manutenção, na área da freguesia e da sua competência;
- b)** Cedência temporária de equipamentos e meios humanos para realização das referidas obras e atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
- c)** Cedência temporária de trabalhadores municipais para funções específicas, nomeadamente na área da preservação e divulgação do património arquitectónico local;

d) Utilização e fruição do autocarro municipal, após prévia informação favorável, desde que nas datas pretendidas o mesmo esteja disponível;

e) Cartazes e *flyers*;

f) Apoio técnico à elaboração e execução de projetos para conservação, beneficiação, construção e reconstrução de imóveis que sejam património da freguesia ou sob a sua administração;

g) Apoio técnico geral, nomeadamente, para o exercício de novas competências delegadas e à elaboração de candidaturas a fundos comunitários e outros investimentos, no âmbito das competências da freguesia;

h) Oferta de equipamento para instalação de novos serviços;

i) Cedência temporária, nomeadamente em regime de comodato, de edifícios, frações autónomas ou outro tipo de prédios, propriedade do Município, para instalação de serviços da freguesia ou afetação a fins de natureza cultural, social ou desportiva.

Todos os apoios/ auxílios atribuídos devem ser objeto de valoração, devendo ser fixado um valor segundo os critérios utilizados pela contabilidade de custos.

2) Apoios/auxílios financeiros:

a) Apoio financeiro para obras de construção, conservação e manutenção de instalações, equipamentos e infra-estruturas património ou sob gestão da freguesia;

b) Apoio financeiro para a aquisição de equipamento diverso;

c) Apoio financeiro para a aquisição de viaturas para transporte de pessoas e equipamentos;

d) Apoio financeiro para a realização de atividades culturais, sociais ou desportiva, promovidos pela junta de freguesia,

até ao valor máximo de € 5 000,00 (cinco mil euros), por apoio.

3) Todos os pedidos de apoio/auxílio não financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal/Serviço de Apoio às Freguesias, que se encarregará de instruir os processos e proceder a despacho de acordo com a disponibilidade dos mesmos, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

4) Todos os pedidos de apoio/auxílio financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, que, em articulação com o serviço de Apoio às Freguesias e a Divisão Administrativa e Financeira, se encarregará de instruir os processos e de apresentar as adequadas propostas à Câmara Municipal para decisão, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

5) Todos os apoios/auxílios concedidos deverão ser fundamentados e respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor.

6) A Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, para conhecimento e em cada uma das sessões ordinárias, um relatório com todos os apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos, por Freguesia, nos meses anteriores, devendo constar do mesmo o valor atribuído aos apoios/auxílios não financeiros.

Paços do Município, 9 de novembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a concessão dos seguintes apoios/auxílios às freguesias da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca nas condições que a seguir se indicam, no mandato autárquico de 2017-2021:

1) Apoios/auxílios não financeiros:

a) Cedência de materiais de construção para obras de construção, conservação e manutenção, na área da freguesia e da sua competência;

b) Cedência temporária de equipamentos e meios humanos para realização das referidas obras e atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;

c) Cedência temporária de trabalhadores municipais para funções específicas, nomeadamente na área da preservação e divulgação do património arquitetónico local;

d) Utilização e fruição do autocarro municipal, após prévia informação favorável, desde que nas datas pretendidas o mesmo esteja disponível;

e) Cartazes e flyers;

f) Apoio técnico à elaboração e execução de projetos para conservação, beneficiação, construção e reconstrução de imóveis que sejam património da freguesia ou sob a sua administração;

g) Apoio técnico geral, nomeadamente, para o exercício de novas competências delegadas e à elaboração de candidaturas a fundos comunitários e outros investimentos, no âmbito das competências da freguesia;

h) Oferta de equipamento para instalação de novos serviços;

i) Cedência temporária, nomeadamente em regime de comodato, de edifícios, frações autónomas ou outro tipo de prédios, propriedade do Município, para instalação de serviços da freguesia ou afetação a fins de natureza cultural, social ou desportiva.

Todos os apoios/ auxílios atribuídos devem ser objeto de valoração, devendo ser fixado um valor segundo os critérios utilizados pela contabilidade de custos.

2) Apoios/auxílios financeiros:

a) Apoio financeiro para obras de construção, conservação e manutenção de instalações, equipamentos e infraestruturas património ou sob gestão da freguesia;

b) Apoio financeiro para a aquisição de equipamento diverso;

c) Apoio financeiro para a aquisição de viaturas para transporte de pessoas e equipamentos;

d) Apoio financeiro para a realização de atividades culturais, sociais ou desportiva, promovidos pela junta de freguesia,

até ao valor máximo de € 5 000,00 (cinco mil euros), por apoio.

3) Todos os pedidos de apoio/auxílio não financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal/Serviço de Apoio às Freguesias, que se encarregará de instruir os processos e proceder a despacho de acordo com a disponibilidade dos mesmos, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

4) Todos os pedidos de apoio/auxílio financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, que, em articulação com o serviço de Apoio às Freguesias e a Divisão Administrativa e Financeira, se encarregará de instruir os processos e de apresentar as adequadas propostas à Câmara Municipal para decisão, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

5) Todos os apoios/auxílios concedidos deverão ser fundamentados e respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor.

6) A Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, para conhecimento e em cada uma das sessões ordinárias, um relatório com todos os apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos, por Freguesia, nos meses anteriores, devendo constar do mesmo o valor atribuído aos apoios/auxílios não financeiros.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 01.09.2017 A 04.12.2017

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de 7 de dezembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

previsionais para o ano de 2017, reportada ao período de 01.09.2017 a 04.12.2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 01.09.2017 A 04.12.2017**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se anexa a respetiva lista, até 04.12.2017, cujos valores são os seguintes:

Período de 01.09.2017 A 04.12.2017		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2017.01.02
2018	327.798,34€	1.082.244,27€
2019	37.575,12€	336.691,89€
2020	12.524,92€	271.397,24€
2021	-€	255.070,45€
	377.898,38€	1.945.403,85

Paços do Município, 04.12.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira

Não houve intervenções.

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E DO SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA, PARA DELEGADO AOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, de um Presidente de Junta de Freguesia e do seu substituto, também Presidente de Junta, para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses no mandato autárquico de 2017/2021.

Interveio o membro **José António Amaro Nunes** tendo perguntado por que razão não foi esta eleição feita antes, uma vez que o Congresso da ANMP foi realizado na semana passada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que não tendo sido possível antecipar esta sessão, nem fazer uma sessão extraordinária para o efeito, a Mesa entendeu que o Presidente de Junta eleito há quatro anos tinha legitimação

para participar no Congresso, uma vez que se mantinha como Presidente de Junta.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo acrescentou que foi consultada a ANMP sobre o assunto, cujo entendimento foi o mesmo que foi transmitido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

De seguida, o Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Lista, a qual foi denominada de Lista A:

- Efetivo - Rui Fernando Guedes Raimundo;
- Suplente - Rufino Marcelo Queirós.

Não foram apresentadas outras listas.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto da mencionada lista, tendo sido obtidos dezoito votos na lista A.

Foi assim eleito o membro Rui Fernando Guedes Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares e o seu substituto o membro Rufino Marcelo Queirós, Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira, para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses no mandato autárquico de 2017/2021.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10. ELEIÇÃO DE 2 MEMBROS E RESPETIVOS SUPLENTEs, DE ENTRE OS MEMBROS ELEITOS DIRETAMENTE, PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DOURO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 83º DA LEI Nº 75/2013, DE 12.09

Procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, de dois membros e respetivos suplentes, de entre os membros eleitos diretamente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM DOURO, nos termos do disposto no art. 83º da Lei nº 75/2013, de 12.09.

De seguida, o Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Lista, a qual foi denominada de Lista A:

Membros efetivos:

- Rui Manuel da Costa Pereira;
- António Luís Carrapa Sarmento;

Membros suplentes:

- Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira;
- João Miguel de Oliveira Sarmento.

Não foram apresentadas outras listas.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto da mencionada lista, tendo sido obtidos onze votos na lista A.

Foram assim eleitos os seguintes membros:

Membros efetivos:

- Rui Manuel da Costa Pereira;
- António Luís Carrapa Sarmento;

Membros suplentes:

- Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira;
- João Miguel de Oliveira Sarmento,

para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM DOURO.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 182

2017.12.15

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017/2021

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário o projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato autárquico de 2017- 2021, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação.

Informou que este projeto de Regimento foi elaborado pela Mesa com base em diplomas legais, nomeadamente a Lei n° 169/99, de 18 de setembro, a Lei n° 75/2013, de 12/09 e o Código do Procedimento Administrativo, com base no regimento anterior e ainda atendendo ao facto desta Mesa considerar que a Assembleia deverá ser um espaço de cidadania política de portas abertas para todos, promovendo e incentivando a participação dos cidadãos, cuja situação já se verificava no mandato anterior. Por isso esta proposta de Regimento não sofreu grandes alterações face ao anterior.

Destacou os seguintes aspetos do documento:

- 1°- Promoção de uma maior participação dos cidadãos nas Assembleia Municipais, mantendo a existência de dois momentos no período de intervenção do público, um momento no início da sessão e outro após o período da ordem do dia;
- 2°- Possibilidade de realização das sessões em locais diferentes deste onde estamos, nomeadamente, no Auditório Municipal, permitindo assim a participação de um maior número de pessoas, face à exiguidade deste espaço, tendo dado o exemplo da última sessão de setembro, que teve a participação de um grande número de cidadãos e que houve alguma dificuldade em acomodá-los a todos neste espaço;
- 3°- Manutenção da Comissão Permanente, onde estarão representadas todas as forças políticas, constituindo um fórum de diálogo com os elementos da Mesa, por exemplo, em matérias relativas à organização de eventos pela Assembleia Municipal, ou apresentação de propostas de temas a incluir na ordem do dia das sessões.

Intervieram os seguintes membros:

- **José António Amaro Nunes** - Salientou os seguintes aspetos:

- Ilegalidade formal no artigo 9° - por não se referir expressamente que a sede da Assembleia Municipal é no salão nobre dos Paços do Município; e no artigo 19° - pela subtilidade que se encontrou para contornar o que a lei diz no que respeita ao período de intervenção do público e não dois momentos, conforme consta no Regimento.

- Ilegalidade material no n° 3 do artigo 24° - Uso da palavra pelos membros da Assembleia - pois entende que no que se refere à intervenção dos líderes partidários, uma vez que quem acaba sempre a discussão de qualquer proposta ou assunto é sempre o partido que tem a maioria, o que viola o

nº 2 do artigo 114º da Constituição da República Portuguesa, que reconhece às minorias partidárias o direito de oposição democrática, tendo lido em voz alta um parecer jurídico sobre esta matéria.

Acrescentou que se esta última norma não for alterada terão de votar contra o Regimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta explicou que quanto ao artigo 9º, não lhe parece que haja qualquer violação da lei, uma vez que o grande objetivo é contribuir para uma maior participação dos cidadãos nas sessões.

Quanto ao artigo 19º, esclareceu que no Regimento nunca se fala em dois períodos de intervenção do público, mas sim de um Período de Intervenção do Público dividido em dois momentos. Deu o exemplo do período da ordem do dia, que também é só um e que ainda há pouco foi suspenso e retomado após o intervalo, tendo tido assim dois momentos, o mesmo aconteceria se esta sessão transitasse para o dia seguinte, que continuaria a ser o mesmo período da ordem do dia. Por outro lado, entendo que esta situação funcionou muito bem no último mandato, e por isso foi mantido.

Relativamente ao nº3 do artigo 24º esclareceu que esta norma se tem mantido ao longo dos anos, tendo lido em voz alta o nº 3 do artigo 24º do Regimento da Assembleia Municipal do mandato 2005/2009, altura em que o Partido Socialista era quem liderava esta Autarquia e o membro José António Amaro Nunes era Vereador em Regime de Permanência, cujo texto é exatamente igual ao do atual Regimento. Acrescentou que uma vez que lhe parece que o artigo 114º da Constituição da República Portuguesa não se alterou desde aquela altura e que a mesma prática é usada na Assembleia da República, julga que não estão a infringir qualquer norma legal, apesar de respeitar a opinião daquele membro.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que o período de intervenção do público dividido em dois momentos é fundamental, porque permite que as pessoas possam intervir quando lhes for mais conveniente.

Disse ainda que a Comissão Permanente é uma mais-valia, porque permite discutir de uma forma mais igualitária os assuntos que depois são submetidos à Assembleia Municipal, sendo um espaço em que se afirma essa igualdade e se constrói cidadania.

Quanto à questão do nº 3 do artigo 24º, disse que não consegue perceber como o membro José António Amaro Nunes conviveu durante dezasseis anos com regimentos contendo a mesma norma e só agora vem tomar esta posição.

- **José António Amaro Nunes** - Esclareceu que apenas fez parte da Assembleia Municipal no mandato de 1993 a 1997, pois nos restantes anos foi Vereador da Câmara Municipal, respeitando o princípio da separação dos poderes.



2017.12.15

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Disse ainda que respeita se lhe disserem que o n° 3 do artigo 24° é legal, mas o que ele entende é que esta norma desvirtua o princípio da democracia que deve imperar neste órgão.

Salientou que neste momento é membro da Assembleia Municipal, e que não foi ele que elaborou os Regimentos das Assembleias em que esteve representado como Executivo, pois tal como se acabou de verificar é a Mesa da Assembleia que propõe o Regimento e não o Executivo, uma vez que se trata de órgãos diferentes.

Disse ainda que uma vez que a Mesa considera que a sua sugestão não tem cabimento, não irá apresentar nenhuma proposta de alteração, pois sabe de antemão que seria rejeitada.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que não lhe parece correto o membro José António Amaro Nunes dizer que não apresenta proposta com o argumento de que será rejeitada, pois teria de ser primeiro colocada à votação.

Terminada a discussão e não tendo sido apresentadas propostas de alteração, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário o Regimento da Assembleia Municipal para o mandato autárquico de 2017/2021, tendo sido deliberado aprovar o mesmo, por maioria de quinze votos a favor e três votos contra dos membros José António Amaro Nunes, Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite e Sara Maria Paiva da Guia.

O membro José António Amaro Nunes ditou para a ata a declaração de voto que a seguir se transcreve:

"Votamos contra o Regimento por entendermos que existe vício de ilegalidade, no caso em concreto ilegalidade formal no número um do artigo dezanove e ilegalidade material no número três do artigo vinte e quatro do Regimento.

O primeiro por contrariar a própria lei e o segundo por contrariar o princípio constitucional estabelecido no artigo cento e catorze da Constituição da República Portuguesa e ilegalidade também por violar o Estatuto do Direito de Oposição."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

Interveio o membro **António Luís Carrapa Sarmiento** - Por ser época natalícia destacou o concerto solidário, porque foi uma iniciativa interessante, as rotundas de Natal, que tiveram a participação das associações do Concelho, e a iniciativa dos pinheiros de natal, que foi uma forma importante de aliar o gosto por ter em casa uma árvore natural com a proteção da floresta.

Desejou a todos um ano de dois mil e dezoito sereno.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma serena como conduziu os trabalhos.

Desejou a todos um Santo e Feliz Natal e que o ano de dois mil e dezoito seja pleno de saúde e alegria.

Foi tomado conhecimento.

Procedeu-se de seguida à leitura da minuta da ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Pro Maria Gorete Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

